

Consolida Lei que Dispõe sobre a Política de Assistência Social no Município, cria o Conselho Municipal de Assistência Social, o Fundo Municipal a ele vinculado, revoga as Leis nº. 292/04 de 05 de janeiro de 2004 e 343/04 de 17 de setembro de 2004 e dá outras providências.

ARSENIO PEREIRA CARDOSO, Prefeito Municipal de Tabai, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I

### Das disposições gerais

Art. 1º A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado é a Política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A Assistência Social tem por objetivos:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção de sua integração ao mercado de trabalho;
- IV – a habilitação e/ou reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, garantido o repasse da esfera federal.

## CAPÍTULO II

### Do Sistema Municipal de Assistência Social

Art. 3º O conjunto dos serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social prestados por órgãos públicos e por organizações de assistência social, sem fins lucrativos – Rede Municipal de Assistência Social – e a instância deliberativa composta pelos diversos setores envolvidos na área, conforme a Lei nº 8742/93, constituem o Sistema Municipal de Assistência Social – SMAS.

Art. 4º O Sistema Municipal de Assistência Social tem como base as seguintes diretrizes:

I – descentralização e regionalização das ações e dos recursos das três instâncias de governo na prestação de serviços assistenciais;

II – articulação das ações dos prestadores de serviços públicos e privados;

III – planejamento, organização, execução e avaliação de atividades preventivas concomitantes às ações emergenciais;

IV – participação popular através de organizações representativas da sociedade civil ou outros;

V – implementação de ações e serviços de acesso universal para efetivação da Assistência Social.

### CAPÍTULO III

#### Da gestão

Art. 5º- Compete à Secretaria Municipal da Saúde, Meio Ambiente e Assistência Social:

I – coordenar, executar e articular as ações municipais no campo da Assistência Social, conforme o disposto nos artigos 22,23,24 e 25 da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993;

II – propor ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, a Política Municipal de Assistência Social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridade e de elegibilidade, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;

III – elaborar o Plano Municipal de Assistência Social respeitando as diretrizes estabelecidas pelo CMAS;

IV – encaminhar à apreciação do CMAS, mensalmente, de forma sintética e anualmente, de forma analítica, relatórios de atividades e de realização financeira de recursos;

V – elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social os programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social;

VI – proceder à transferência dos recursos destinados à assistência social, na forma prevista em lei;

VII – prestar assessoramento técnico às entidades e organizações de assistência social;

VIII – coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social no município;

IX – articular-se com os órgãos responsáveis pelas Políticas Sócio-Econômicas Setoriais, visando à elevação do patamar mínimo de atendimento às necessidades básicas;

X – prestar apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS;

XI – expedir os atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

XII – formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;

XIII – desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar as análises de necessidade e formulação de proposição para a área.

## CAPÍTULO IV

### Do Conselho Municipal de Assistência Social Seção I – Da criação e natureza do Conselho

Art. 6º Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, órgão deliberativo, de caráter permanente e âmbito municipal, disposto na Lei Federal nº 8.942, de 7 de dezembro de 1993.

### Seção II

Art. 7º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I – definir as prioridades da política de assistência social;
- II – estabelecer as diretrizes a serem respeitadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;
- III – aprovar o Plano e a Política Municipal de Assistência Social;
- IV – acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;
- V – definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito municipal;
- VI – aprovar critérios para a elaboração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;
- VII – apreciar e aprovar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;
- VIII – elaborar e aprovar o seu regimento interno;
- IX – zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;
- X – convocar ordinariamente, a cada 2(dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social e do CMAS e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema descentralizado de Assistência Social;
- XI – estabelecer diretrizes e critérios para o repasse de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, ou do orçamento, às entidades e organizações de assistência social governamentais e não-governamentais;
- XII – apreciar e aprovar previamente os repasses referidos no inciso anterior;
- XIII – apreciar e aprovar a proposta orçamentária para compor o orçamento municipal;
- XIV – aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais;
- XV – acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas, projetos, serviços e benefícios aprovados;
- XVI – definir critérios de inscrição e funcionamento e fiscaliza as entidades e organizações de assistência social, governamentais e não governamentais;
- XVII – examinar denúncias relativas à área de Assistência Social e encaminhá-las ao Ministério Público quando necessário;
- XVIII – afixar junto ao mural da Prefeitura todas as suas resoluções, bem como as contas do Fundo Municipal de Assistência Social aprovadas.

Art. 8º O funcionamento das entidades e organizações de assistência social no município de Tabaí dependem de prévia inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único – O Conselho Municipal de Assistência Social poderá não conceder a inscrição à entidade ou às organizações assistenciais ou cassá-lo quando estas estiverem em desacordo com esta lei.

### Seção III

#### Da composição

Art. 9º O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS é composto por 6 (seis) membros e respectivos suplentes, de acordo com os seguinte critérios:

I – 1 (um) representante governamental;

II – 1 (um) representante dos deficientes físicos do município;

III – 1 (um) representante de grupo de terceira idade (idoso) do município;

IV – 3 (três) representantes da sociedade civil: escolhidos dentre representantes das organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio, sob fiscalização do Ministério Público.

§ 1º Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

§ 2º Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

a) Salvo representantes citados no inciso II e III.

§ 3º A soma dos representantes de que trata o inciso IV, do presente artigo não será inferior à metade do total de membros do CMAS.

§ 4º Os representantes das entidades componentes do CMAS serão indicados por suas respectivas entidades e posteriormente, nomeadas pelo Prefeito Municipal.

§ 5º Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

§ 6º O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado.

§ 7º O mandato dos conselheiros componentes do CMAS será de 2 (dois) anos.

§ 8º As decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções.

Art. 10. A diretoria do CMAS será eleita dentre seus membros, bem como poderá prever no seu regimento interno, outras estruturas de funcionamento.

Art. 11 O Poder Executivo Municipal dará suporte administrativo ao CMAS.

### CAPÍTULO V

#### Do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 12 Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social, destinado a captação, e aplicação de recursos a serem utilizados segundo a Lei Federal nº 8.742/93 e as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 13 – O FMAS será vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, Meio Ambiente e Assistência Social sob orientação e controle do CMAS.

Art. 14 Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social:

I – dotação consignada anualmente no Orçamento Municipal e as verbas adicionais que a lei estabelece no decurso de cada exercício;

II – doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de recursos de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, governamentais ou não-governamentais de qualquer natureza;

III – transferências de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social (FNAS e FEAS);

IV – produto de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor e da venda de materiais, publicações e eventos;

V – recursos advindos de auxílios, convênios, acordos e contratos firmados entre o Município e Instituições Privadas e Públicas, Nacionais e Internacionais, Federais, Estaduais e Municipais – para repasse a entidades executoras de programas de ações de Assistência Social;

VI – outras receitas que lhe vierem a ser destinadas.

Parágrafo Único – Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social serão depositados em conta especial em estabelecimento oficial de crédito.

Art. 15 Os recursos do FMAS serão aplicados em:

I – financiamento total ou parcial de programas, projetos, atividades e serviços de assistência social desenvolvidos por órgãos governamentais ou não-governamentais, quando em sintonia com a política e plano Municipal de Assistência Social;

II – pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito público e privado para execução de programas e projeto específicos do setor de assistência social;

III – desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

IV – pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do artigo 15 da Lei Orgânica da Assistência Social.

Art. 16 O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único – As transferências de recursos para organizações governamentais e não governamentais de assistência social serão processadas mediante convênios, contratos, acordos, ajustes ou similares, obedecendo à legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 17 As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art. 18 Caberá ao Poder Executivo coordenar o processo de eleição do primeiro mandato dos representantes da sociedade civil para o CMAS, no prazo de até 45 dias após a publicação desta lei.

Art. 19 O FMAS será regulamentado através de Decreto Executivo no prazo máximo de 45 dias.

Art. 20 O CMAS, após a posse, irá elaborar e aprovar o Regimento Interno no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 21 - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

08 - Secretaria Municipal da Saúde, Meio Ambiente e Assistência Social

08.04 – Departamento de Assistência Social

2058 – Manutenção do Conselho da Criança e do Adolescente

3.1.90.11.01.00.0001-234- Venc.e Vantagens Fixas dos Servidores

3.3.90.30.00.00.0001-235 – Material de Consumo

3.3.90.39.01.00.0001-236 – Serviços de Conservação

1022 – Construção de Prédio para Geração de Renda

4.4.90.51.00.00.0001-246 – Obras e Instalações.

Art. 22. Ficam revogadas as Leis nº. 292/04 de 05 de janeiro de 2004 e 343/04 de 17 de setembro de 2004.

Art. 23 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabai, 24 de maio de 2010.

Arsenio Pereira Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado.

Júlio Rones de Oliveira Cardoso  
Supervisor de Planejamento

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Sra. Presidenta,  
Srs. Vereadores.

Pelo presente, estamos encaminhando Projeto de Lei que pretende a Consolidação da lei que Dispõe sobre a Política de Assistência Social no Município, cria o Conselho Municipal de Assistência Social, o Fundo Municipal a ele vinculado, revoga as Leis nº. 292/04 de 05 de janeiro de 2004 e 343/04 de 17 de setembro de 2004 e dá outras providências.

Tendo em vista a importância e necessidade de elaboração da Política Municipal de Assistência Social no município de Tabai, visando garantir aos munícipes o acesso a direitos estabelecidos pela LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social e combater a exclusão social, com vistas a municipalização desta política para garantir a execução das ações de assistência e considerando que a Lei Municipal 292/04, que cria o Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências, está em desacordo com as normas vigentes para composição do mesmo por não estabelecer paridade entre o número de membros do governo e da sociedade civil, recebemos da Promotoria de Justiça uma recomendação de que se garanta no mínimo a representatividade das pessoas com deficiência no Conselho Municipal de Saúde.

Assim optou – se por substituir os representantes governamentais que antes eram 03 (três) por 1 representante governamental e os outros dois um representante das pessoas com deficiência como recomendado e 01 representante da terceira idade o qual não foi recomendado, porém pretende – se criar os respectivos conselhos de Defesa dos Direitos do idoso e Conselho de defesa do portador de deficiência.

*II – 1 (um) representante dos deficientes físicos do município;*

*III – 1 (um) representante de grupo de terceira idade (idoso) do município;*

Portanto pretende – se garantir ainda assim a participação destes em seus respectivos conselhos e no Conselho de Assistência Social.

Isto posto contamos com a colaboração dos nobres edis para aprovação do presente projeto.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabai, 05 de abril de 2010.

Arsenio Pereira Cardoso  
Prefeito Municipal